

GRAMÁTICA E ANTOLOGIA: MEMÓRIAS CRUZADAS COM A HISTÓRIA

Élio Cantalício Serpa*

Resumo

O Livro de Português de autoria de Cegalla, em uso no ensino fundamental nas décadas de 60 e 70, organizado como gramática, antologia e exercícios, pretendeu garantir a formação de gerações sob o princípio de que a língua e o patriotismo garantem a integração e a identidade nacional. A gramática constitui-se em tecnologia para a fala correta e unificada, pressuposta na estrutura fonética, definida a partir do Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, São Paulo, e no Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, de 1954, Bahia. A antologia, ao selecionar e reunir fragmentos literários, fixa uma determinada memória nacional baseada no emprego da língua “pura” e na literatura nacionalista.

Palavras-chaves: Integração, verde-amarelismo e memória.

Domingos Paschoal Cegalla, em seu livro intitulado *Português: gramática, antologia e exercícios*, destinado às quatro séries do ginásio, hoje ensino fundamental, introduz o leitor na gramatização da língua. Afirma ele o seguinte: “Cumpra resguardar, e até estimular, a liberdade de expressão individual, dentro das possibilidades de escolha permitidas pelo idioma” (CEGALLA, 1969, p. 11). O que se pode deduzir daí? Que a

* Professor do Departamento e do Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás. Doutor em História Social pela USP.

língua funciona dentro de uma estrutura frasal, feita de palavras e relações entre elas, e que “idioma” é a definição de regras para o uso adequado da língua.

Domingos Paschoal Cegalla nasceu no município de Tijucas (1920), Santa Catarina. Formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Lecionou língua portuguesa, literatura e latim, em Curitiba, em São Paulo e, por fim, no Rio de Janeiro, onde passou a residir a partir de 1953 (CEGALLA, 1989). Como professor universitário, teve uma produção intelectual especializada em língua portuguesa, reconhecida no meio editorial e acadêmico brasileiro. Como poeta teve dois livros publicados: *Canção de Eurídice* (1987) e *Um brado no deserto* (1995). A gramática de Cegalla tem sido, por anos, obra de referência para uso no ensino fundamental, médio e superior.

Neste artigo, não estarei preocupado em perscrutar a trajetória intelectual do autor do livro *Português: gramática, antologia e exercícios*, e também não irei fazer uma análise interna estrutural das suas várias edições e muito menos comparar esse livro com outros livros de português existentes à época, inserindo-o num gênero específico de material didático próprio do período.¹

O livro de Cegalla a ser analisado compõe-se de uma trilogia: gramática, antologia e exercícios. Tal estruturação denota pressupostos normativos, criando assim uma tecnologia didática segundo a qual a língua deve ser aprendida em três etapas. A primeira baseia-se na gramática normativa, a segunda volta-se para a leitura de fragmentos literários de autores, cujas obras remetam à representação de homem, sociedade e natureza, e a terceira propõe, didaticamente, a elaboração de exercícios que implicam considerar como erro tudo o que não se encontra de acordo com a norma dita padrão, ou seja, propõe a possibilidade de verificação e fixação das regras estabelecidas pela gramática da língua portuguesa.

Minha preocupação neste texto é mostrar que as práticas de gramatização de uma língua e de produção de uma antologia constituem-se em “lugar de memória”, portanto, um exercício de poder, as quais se associam de forma significativa ao ideário de formação da nacionalidade. Os fragmentos literários reunidos como antologia pelo autor realimentam uma cultura política autoritária, atuando como tantos outros dispositivos imaginários na formação de sujeitos para a nação. Para tal reflexão, tomarei este único livro como documento, mostrando que é possível

perceber, através de sua composição e metodologia, uma vontade de continuidade de uma tradição cultural que se liga ao pensamento autoritário pós-64.

Nesse caso, partilho da concepção indicada por Rita Lemaire, no que tange à relação entre história e literatura. Ela afirma que a construção da memória pela história implica a articulação funcional de três tempos diferenciados e conjuntivos. A relação com o passado se dá através de uma operação que o (re)significa num esforço para organizar, dar sentido ao presente e vislumbrar uma virtualidade de futuro. Não se trata de afirmar que toda escrita histórica é uma narrativa engajada, mas a memória social, tratada ou construída dessa forma, produz representações que se difundem e têm efeito mobilizador de vontades. A literatura também se funda num processo de socialização de memórias, de narrativas e de discursos. Literatura e história, nos seus percursos ao mesmo tempo divergentes e paralelos, estimulam comportamentos e formas de pensamentos desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução, a verossimilhança, a credibilidade e a autoridade das palavras (LEMAIRE, 2000, p, 12).

Nesses meandros, historicamente, a língua tem assumido posição de centralidade. No século XIX, nos processos de formação da nação, a filologia juntou-se à biologia e à economia para darem à nação configurações imbricadas à unidade populacional (FOUCAULT, 1990). Os gramáticos, auxiliados pela lingüística, inventaram formas de padronização da língua, como as gramáticas e os dicionários para promover a integração nacional, num trabalho de homogeneização e dissipação ou reformulação dos dialetos e das diferenças lingüísticas. Ou seja, o trabalho de muitos lingüistas atuou favoravelmente ao ideário integracionista, e a normatização da língua fez parte do conjunto de dispositivos constituintes da formação do estado nacional, que procurou controlar a dispersão: a parte, nesse caso, deveria estar unida ao todo na formação territorial e cultural da nação.

Assim, a população que fez a nação tornou-se objeto de intervenções em diferentes campos de saberes, seja através da medicina, seja através da demografia, do direito, da literatura, da história, da geografia, da engenharia, entre outros. Um dos pressupostos básicos do Estado-nação foi a constituição de saberes que justificassem a unidade nacional.

Os eruditos, portanto, criaram uma linguagem para a nação e uma nação na e pela linguagem.

Memória da língua, a gramática organiza, distribui e classifica a linguagem falada e escrita. Manual de regras, chama para si a idéia de conjunto de normas, as quais darão credibilidade e autoridade ao uso das palavras que compõem o espírito da nação e ao usuário que nem sempre faz o uso adequado da linguagem gramatizada. Enquanto um dos lugares de memória da língua, ela se associa a outros dispositivos (museus, bandeiras, constituições) na formação de capital simbólico para constituir suportes verossímeis para o corpo da nacionalidade. Dotada do pressuposto da fixidez, a gramática normativa propõe-se a não deixar aberturas, falhas, entrelugares, por onde a atividade cultural de uma língua fluida, assimiladora, artefato cultural, pudesse infiltrar-se. Gramática e literatura, como memórias da língua, enveredam por trilhas complementares naquilo em que seriam antagônicas. À permissividade criativa da literatura, a gramática em sua rigidez acrescenta a norma da língua, e o que ela possibilita criar.

Dessa forma, a produção tecnológica relacionada com a constituição de uma língua é, sem sombra de dúvida, lugar privilegiado de observação, não só da linguagem como um meio em que uma sociedade produz seu conhecimento referente à realidade, mas, especialmente, como lugar de constituição de dispositivos para criar imaginários e integrar a nação numa só linguagem. Assim, o jogo da normatização da linguagem, através da gramática, do dicionário e da legitimidade dos autores considerados clássicos, constitui-se em prática política, cuja estruturação opera com a separação e com a classificação, norteadas por apelos performativos vigentes à época, reforçando ou imprimindo valores culturais.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, a modernidade, enquanto um modo de vida, instituiu duas formas de compreensão da experiência vivenciada: a regulação e a emancipação. A regulação é estabelecida pelo Estado, cujo princípio consiste em manter a obrigação política vertical estabelecida entre o cidadão e o Estado. Além disso, existe o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Ambos consistem na obrigação política horizontal. O primeiro, entre parceiros, na disputa pelo mercado, e o segundo, entre membros da comunidade e associações. A emancipação é constituída, dentro da ótica weberiana, pelas três lógicas da

racionalidade: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito. A modernidade chama para si e para a sociedade o desenvolvimento harmonioso recíproco da regulação e da emancipação, objetivando a completa racionalização da vida em dois aspectos: coletivo e individual (SANTOS, 2000).

Ao propor a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, os arautos da modernidade pressupõem uma linguagem única, padronizada, normatizada e comum a todos os falantes, articulando-se com o Estado burguês que, nas estratégias de regulação e controle, institui diferentes mecanismos, como as antologias, os dicionários, as gramáticas, a escola e outras formas de expressão que, de certa forma, remetem para a compreensão e estruturação dos valores de mercado, estéticos e morais da sociedade burguesa.

Nessa relação de controle através da norma padrão, estabelecida como ideal, os sujeitos objetos dessa intervenção entram nesse jogo em desigualdade, e os mecanismos burocráticos instituídos pelo Estado operam de forma massiva desclassificando saberes, falares vigentes e sujeitos. A burocratização que se dá no processo de aprendizagem da língua no interior da escola, onde a gramática normativa é concebida como a arte que ensina a ler, a escrever e a falar corretamente, qualificando-a como objeto de estudo e objeto de ensino ao mesmo tempo, acontece hierarquicamente a partir do estudo dos sons, das classes gramaticais para então atingir a estruturação frasal. Há, portanto, na escola, um privilegiar da gramática em relação à leitura, e há produção sem considerar que o sujeito, camponês ou não, realiza a operação de apropriação do texto baseado em seu repertório cultural, em sua capacidade lingüística (MESSARINI, 1995).

No Brasil, resumindo a questão, a política de integração nacional, tomada como pressuposto do Estado, deu-se notadamente durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Para tanto, o governo mobilizou diversos dispositivos. Criou, por exemplo, o Ministério da Educação e Saúde, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e produziu legislação objetivando uma unidade de princípios e de ação. A partir desse ministério, realizaram-se, por todo o país, os congressos de brasilidade, o congresso da língua nacional cantada, de 1937; criaram-se as comissões de folclore; desencadeou-se a chamada

“Marcha para o Oeste”, símbolo forte do Estado Novo; e, em termos de governo, a construção de estradas, as campanhas de educação e de saúde seriam alavancas para materializar a integração da região Centro-Oeste ao país. Segundo Capelato, havia a compreensão de que, no Brasil, a nacionalidade não se completara e que caberia antes construí-la; portanto, dava-se ênfase à integração nacional, havendo necessidade de integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política (CAPELATO, 1998).

Na literatura, a formação do grupo Anta, o Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo, a Marcha para o Oeste, de Cassiano Ricardo, o ideário integralista de Plínio Salgado dariam as bases da cultura verde-amarela que, de forma difusa e ambígua, sobreviveu no Brasil até os anos 80. Para Hélió Trindade, o fato de que a proporção de militares integralistas, na direção de órgãos nacionais e regionais de integração nacional, seja menor do que a dos profissionais liberais não significa que a participação dos militares da AIB (Ação Integralista Brasileira) tenha sido secundária. Havia núcleos integralistas compostos exclusivamente de militares no Exército e, sobretudo, na Marinha, onde a maioria, senão integralista, era, ao menos, simpatizante do integralismo (TRINDADE, 1974).

Segundo Marilena Chauí, o verde-amarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do país essencialmente agrário, e sua construção coincide com o período em que o “princípio da nacionalidade era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica” (CHAUÍ, 2000). No entanto, segundo Marilena Chauí, nem os modernistas, nem o Iseb, nem os CPCs, nem o Cinema Novo, nem o Tropicalismo, nem a MPB de protesto conseguiram afastar a imagética verde-amarela. As imagens se perpetuam na apropriação pela indústria do turismo nos *slogans* “Brasil, país de futebol, carnaval, café, *made in Brazil*” (CHAUÍ, 2000).

O livro didático *Português*, de Cegalla, com sucessivas edições e permanências, correspondeu às demandas de formação de uma geração sob referenciais culturais tributários do verde-amarelismo que se expressava no ufanismo nacionalista. A natureza, a cultura e a tradição constituíram-se em fundamentos míticos para mobilização em torno da idéia de “revolução” e de constituição da utopia do “Brasil Grande” ou

Brasil Potência 2000, na proposição da geopolítica de Golbery do Couto e Silva.

Essa cultura verde-amarela, suporte ufanista para política de integração nacional, é tributária do mito edênico (orgulho pela beleza e pelas riquezas naturais do país, uma noção do paraíso como jardim aberto a todos – dom a ser gozado, não meta a ser atingida) relacionado com o tamanho do país, largamente usado pelos seguidores do verde-amarelismo e pelos militares.

José Murilo de Carvalho, ao trabalhar a permanência, no Brasil, do mito da edenização da natureza, sempre presente na constituição do Estado-nação, argumenta que, para esse discurso, “o Brasil é belo e rico, mas também grande, imenso, um país continental”. Disto resulta a evocação constante da grandeza e pujança do país. Sempre queremos ter ou ser o maior do mundo. O Amazonas é o maior rio, a floresta amazônica é a maior floresta tropical, as Cataratas do Iguaçu são as maiores e mais belas, o Carnaval é o maior espetáculo da terra, nossa seleção de futebol é a melhor do mundo. O complexo de grandeza tem uma versão política na crença de que o país se tornará um poderoso império, em linguagem mais recente, uma grande potência (CARVALHO, 2002).

Se a nacionalidade já havia se completado nos anos anteriores, caberia no pós-64 a preocupação com a segurança nacional e com a integração nacional. Ao lidar com a idéia de prescrever o bom uso da língua, a gramática, como memória voluntária da língua, trabalha com a interdição, já que o usuário da língua é afeito, quase sempre, à transgressão.

Evidentemente que as leituras e os usos do livro de Cegalla foram variados. Os usuários fizeram suas apropriações. Estas se deram dentro das relações sociais e políticas do período da ditadura militar, que engendrou um mundo sociocultural particular. Não se pode, de forma mecânica, estabelecer uma relação direta entre a obra de Cegalla e o regime político militar, instaurado no Brasil em 1964. É certo, todavia, que nesse momento, no Brasil, a experiência política autoritária militar afirmava sua trajetória, adotando medidas restritivas à participação popular no jogo político, com medidas repressivas aos movimentos de reação ao autoritarismo e adoção de estratégias discursivas persuasivas em defesa da ordem, da disciplina e da soberania nacional.

Gramática: memória da língua para a integração do “Brasil Grande”

Desde a independência, a língua portuguesa falada e escrita, no Brasil, foi campo de intervenção para constituir-se como expressão simbólica da integração da população à nacionalidade brasileira. Nos finais do século XIX, a intelectualidade brasileira digladiava-se em torno das discussões sobre brasileirismos e sobre a adoção das denominações: língua brasileira, língua nacional ou língua portuguesa. Ou seja, a questão da língua nacional atravessa o longo período da formação da nacionalidade. Em 1933, João Ribeiro asseverava: “parece, todavia, incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos. A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses...Falar diferentemente não é falar errado” (RIBEIRO, 1933).

Souza da Silveira, em uma entrevista de 1952, adotava uma posição moderada no que se refere à existência ou não de uma língua brasileira, afirmando que “existe uma modalidade brasileira da língua portuguesa e que os escritores nossos devem cultivar a modalidade brasileira da língua portuguesa, sem procurarem afastar-nos, de propósito, da literatura portuguesa” (SENA, 1952). Pensar a gramatização da língua falada no Brasil exigiu também diálogos com Portugal através da Academia Brasileira de Letras e com a Academia de Ciências de Lisboa. Porém, o governo brasileiro, na época de Vargas, vai interferir nessa relação, propondo o respeito ao acordo de 1931.² Somente, em “casos especiais de grafia não constantes do Acordo entre as duas academias”, a resolução poderia ficar por conta das duas academias. Vê-se, portanto, que a língua tornou-se um problema de Estado, já que Portugal tentava não conferir autonomia ao Brasil em termos de gramatização e dicionarização da língua.

Segundo Auroux (1992), por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda os pilares do saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. Essa ação homogeneizadora tem sido uma ação do Estado pela via do ensino e de outras tecnologias. Afirmou-se e se ensinou nas escolas, até bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua. Desconsiderou-se todas as línguas indígenas (quase duzentas), as línguas dos imigrantes (GUIMARÃES, 1996), além de

desqualificar os “falares” do interior, do matuto, do caipira, ou seja, as variáveis sociolingüísticas, culturais e regionais.

Cegalla, no seu livro, deixa evidente na introdução que a estrutura fonética devia seguir as normas empregadas pela pronúncia normal brasileira, justificando seu ponto de vista da seguinte forma:

Entende-se por pronúncia brasileira a que foi considerada padrão pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Língua no Teatro, realizado em 1956, na cidade de Salvador, o qual ratificou, em suas grandes linhas, as conclusões do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em 1937, em São Paulo. (CEGALLA, 1969)

O Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, referência básica da gramática de Cegalla, se não foi a primeira, constituiu-se numa das primeiras tentativas de apelo à padronização da pronúncia do Português falado no Brasil. Nele, houve debates sobre três questões. Em primeiro lugar, os congressistas discutiram a respeito da cultura dita popular, com a preocupação de incorporar características que pudessem ser consideradas expressão da brasilidade. Em segundo lugar, os congressistas enfrentaram a questão do universo cultural dos imigrantes alemães e italianos, que mantinham fortes ligações com suas origens culturais, principalmente no que se refere ao idioma falado. Por último, defrontaram-se com a herança portuguesa, destacando a nasalidade do idioma; imbuídos do espírito nacionalista, reconheceram a contribuição do índio e do negro na edificação da nasalidade da língua portuguesa falada no Brasil.

Embora o Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, não tenha produzido um tratado lingüístico para a gramatização da língua portuguesa falada no Brasil, indicava a necessidade de padronização da língua falada, “estabelecendo um critério culto que fosse ao mesmo tempo nacional e estético” (ANAI, 1937). Segundo o documento então produzido,

a pronúncia carioca, a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil, é a mais rápida e incisiva de todas, apresenta tonalidades próprias de bastante relevo, é de maior musicalidade na pronúncia oral, dá menos impressão de falar cantando, é a mais elegante e urbana de todas as pronúncias regionais; por ter se fixado na capital do país é a síntese das colaborações de todos

os brasileiros e sendo a pronúncia padrão a da capital do país, onde os brasileiros mais afluem, é mais fácil de ser ouvida e propagada, tendo grande possibilidades de se generalizar. (ANAIS, 1937, p, 57)

O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, responsável pela organização do Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937,³ produziu um anteprojeto, definindo a pronúncia carioca como língua padrão no teatro, na declamação e no canto erudito do Brasil. Nas secções plenárias,⁴ o projeto foi discutido minuciosamente, revelando concordâncias e discordâncias. Assim, por exemplo, Manuel Bandeira propôs que fossem modificados todos os tempos verbais que se encontravam no projeto, no futuro, para a forma mais categórica, isto é, imperativa. O professor Cândido Jucá considerou de utilidade a proposta de escolha de uma língua padrão, mas observou que a pronúncia carioca está eivada de defeitos deslegantes, assim o *l* é quase pronunciado como *u*, o *r* pouco perceptível à distância e o *s* chiado. Cândido Jucá considerava a pronúncia paulista bastante clara em suas vogais, dando ao ouvinte uma percepção de todos os sons. Francisco Gorga pronunciou-se pela inexequibilidade do objetivo do congresso, tendo por base os fenômenos registrados em outras línguas, quando iguais tentativas foram ensaiadas. Estranhavam a heterogeneidade cultural no Brasil. Orlando Ribeiro, outro participante, registrou que “os brasileiros compreendem agora muito bem que certa imigração loura põe mais em perigo a unidade nacional do que todos os escravos negros que em três séculos ajudaram a formar, moldados e enquadrados pelos portugueses” (ANAIS, 1937, p, 328). Octávio Bevilacqua mencionou a existência de igual padronização da língua cantada em diversos países europeus, como Alemanha, França e Itália. Luis Heitor Correia de Andrade, outro participante do referido congresso, assinalou a necessidade de retirar do anteprojeto a parte que qualificava a pronúncia do Rio de Janeiro como “mais civilizada e culta”, sugerindo os termos “mais elegante e a mais urbana dentre as pronúncias regionais”. Enfim, a tônica pendeu para a reformulação e a adequação das práticas lingüísticas, condicionadas aos padrões idealizados pela elite intelectual.

Essas polêmicas imbricam no Modernismo que, desde a década de 1920, vislumbrava a possibilidade de um país mais autêntico, menos

mimético, buscando um “Brasil real” na pintura, na música e nas letras, voltado para o progresso e para o futuro. Acreditavam os modernistas que era necessário desenvolver a alta cultura do país; ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso, dos primeiros, com os valores da nação que se construía, e, das mulheres, com a preservação da cultura histórica. Era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações (SCHWARTZMAN, 2000). Porém, padronizar a pronúncia para todo país, evitando a inserção de elementos capazes de prejudicar a clareza e a eficiência da capacidade expressiva da língua, embora constituísse uma intenção de uniformização, não eliminaria as diferenças regionais existentes no país; ao contrário, abria-se espaço para o afloramento dessas pronúncias, na produção de obras e caracterização de personagens, ao se tentar “descobrir” o Brasil.

No começo do século, Euclides da Cunha já colocava para o Brasil a figura do sertanejo, evidenciando a sua plasticidade e adaptabilidade ao meio. Lima Barreto, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e Amadeu Amaral, em *Política humana*, mostravam as adversidades das condições sociais em que vivia o homem do sertão. Monteiro Lobato descreveu o sertanejo do Sul, o “caipira”, mostrando seu caráter melancólico e resignado, representado pela famosa figura do *Jeca-Tatu*. No jogo de criações imaginárias para engendrar uma outra realidade, a figura de Jeca-Tatu acabou por penetrar com mais densidade no meio cultural brasileiro. Suas condições precárias de vida incorporam o sentido de denúncia da existência de uma administração incompetente, não conectada com a realidade nacional, destacando a usurpação do Brasil pelos estrangeiros (SEVCENKO, 2003). Na mesma linha de pensamento afirma Mário de Andrade: “enquanto o brasileiro não se abasileirar, é um selvagem (apud SCHWARTZMAN, 2000). Isto, naquele momento, significava a possibilidade de eliminar características consideradas estranhas à língua portuguesa falada e escrita no Brasil.

Todavia, a proposta de ensino de língua portuguesa que perpassa a obra de Domingos Paschoal Cegalla – assentada no objetivo de padronização da língua enunciada no Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, e no Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro, de 1956, e estruturada a partir de pressupostos normativos emanados de acordos entre a Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências

de Lisboa – dava continuidade à tradição do purismo, desconsiderando as diferenças de linguagem que já haviam se estabelecido, desde quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, uma vez que se baseava em orientações gramaticais produzidas por intelectuais portugueses e brasileiros que primavam pela técnica de falar e escrever corretamente.

Segundo Gnerre (1994) a gramática normativa é “um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente autoritárias e centralizadas. A gramática normativa,⁵ vale-se de uma concepção de linguagem entendida “como máscara do pensamento que é preciso moldar, domar para, policiando-a, dominá-la fugindo ao risco permanente de subversão, ao risco de predicar como ato de invenção e liberdade (GERALDI, 1999). Dessa forma, gramática e escola se imbricam numa tarefa disciplinadora voltada para o cumprimento da norma e do dever, pois ambas objetivam a constituição disciplinar de sujeitos individualizados para bem servir à nação, ou seja, sujeitos obedientes, ordeiros, cumpridores dos deveres e trabalhadores sob condições legais ou institucionais que definem hierárquica e burocraticamente estratégias de ação advindas do interior de uma matriz de poder.

Pode-se inferir, portanto, que ao evidenciar a preocupação com o bom uso da língua, entendido como o pronunciar, escrever e falar corretamente, a obra de Cegalla é sustentada por três pressupostos: a) precedência da língua escrita sobre a falada; b) manutenção da postura tradicional de que só a variedade culta da língua deve ser objeto da gramática; c) associação pensamento/língua, princípio assumido pelos enciclopedistas franceses, na gramática de Port-Royal.⁶ São estes os fatores que confirmam a tradição de valorizar uma determinada variação da língua, aquela que deve se impor e ser seguida.

Cada lição da obra de Cegalla acha-se dividida em três eixos estratégicos de ensino: expressão oral, expressão escrita e gramática. A expressão oral é apontada como elemento importante no primeiro ciclo. Ainda que, no prefácio, ela esteja entendida como leitura e exposição oral do texto, não há no interior da obra exercícios voltados para a modalidade falada da língua, e não são tratadas também as diferenças existentes entre a linguagem oral e a escrita nem o modo como se constrói a interlocução em cada uma das modalidades. Com relação à expressão escrita, verifica-se uma concepção de língua como expressão clara do pensamento. Desta forma, o domínio da gramática e

a leitura de textos produzidos na língua culta literária são considerados meios privilegiados para ensinar a falar, ler e escrever corretamente, de modo que o estudante desenvolva sua capacidade de expressão, numa concepção em que a gramática é vista com duas características – ser um meio pelo qual será apreendido o conhecimento lingüístico e, ao mesmo tempo, ser o próprio conhecimento. O domínio da gramática serve para ensinar a falar, ler e escrever corretamente, daí ser ela, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de estudo. Toda a análise gramatical prende-se à produção literária dos chamados autores clássicos. Assim, os exemplos de gramática são retirados ou dos textos estudados ou de outros autores normalmente arrolados no final da obra, numa seção destinada à leitura.

A estruturação das unidades compreende um texto, que pode ser classificado como texto principal, e dois textos secundários, que servem de apoio ao primeiro ou aos exercícios gramaticais. Com relação às atividades de interpretação ou de compreensão dos textos, predominam aquelas relacionadas com o nível lexical. Os exercícios encontram-se assim divididos: a) estudo do vocabulário, com exploração de palavras soltas ou em frases, num claro esforço para alargar o patrimônio léxico do aluno; b) questões voltadas para a exploração de pontos da gramática, podendo acontecer fora do conteúdo gramatical, objeto de estudo naquela unidade;⁷ e c) temas para redação.

Alguns temas de redação enveredavam para o reforço do sentimento nacionalista, entre os quais podem ser destacados os seguintes: “saudação à minha terra natal”, “origem da minha cidade natal”, “o verdadeiro patriotismo”, “um cidadão exemplar”, “deveres do estudante para com a pátria”, “como devo considerar a escola”.

O verde-amarelismo e a integração

Os militares, imbuídos do propósito dito “revolucionário”, investiram no tripé educação, desenvolvimento e integração. Na fala dos homens ligados ao projeto revolucionário de 64, a educação “tem por objetivos transmitir às novas gerações todas as conquistas da civilização elaboradas pelas gerações precedentes, aperfeiçoar as capacidades humanas e adaptar o homem à vida social e fazer o homem

cívico” (NASCIMENTO, 1974). Disso resulta a vontade de constituir sujeitos com plena capacidade de assimilação da cultura tecnológica, já que desenvolvimento nesse contexto significa absorção dos avanços tecnológicos, aplicados à esfera da produção. A relação entre os valores culturais verde-amarelos e a cultura tecnológica se dá pela compreensão de que a natureza se faz sozinha, está dada, sem ação política de homens e mulheres. O binômio tecnologia/ciência era envolvido por discursos que apontavam para a neutralidade da técnica, considerada isenta de ingerência política. É bom lembrar que a tentativa de conciliação entre humanismo e tecnologia constituiu tema de discussão nos meios intelectuais, nesse período. Entretanto, a dualidade vai aos poucos se dissipando, dando lugar ao pressuposto básico do desenvolvimento tecnológico: produzir sujeitos para a tecnologia, aumentando a produção e o lucro. A suposta frieza tecnocrática era atenuada pelo discurso ufanista da grande extensão, beleza e riqueza natural do “Brasil Grande”.

A partir desses fatos, os programas de planejamento e desenvolvimento econômico enfatizam a importância fundamental da educação como investimento para formar homens mais produtivos para o projeto de desenvolvimento socioeconômico (NETTO, 1966) e para a constituição do sujeito tecnocrata, cuidando para que o conhecimento seja apolítico, que a discussão do saber se realize acima das classes sociais, tendo por base a ciência isenta, ou seja, fundamentada na razão técnica. Assim, a educação, ao “adaptar o homem à vida social”, estaria atuando como integradora dos sujeitos ao modelo de desenvolvimento econômico, político e social, que trabalhava na dimensão de alijar o povo da política e torná-lo tecnocrático no trabalho e em todas as dimensões da vida social para constituir o “Brasil 2000”.

Nas palavras do presidente Emílio Garrastazu Médici, citadas por Waldir da Costa Godolphim (1974), a proposta de integração estaria fortemente relacionada com o propósito de fazer a integração da Amazônia com o Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil. Essas duas regiões, por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra e não participarem substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuíam para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixavam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul.

A integração, na forma proposta pelo governo autoritário pós 64, é, portanto, mercadológica, territorial, social, cultural e política, balizada na premissa básica do regime militar de promover o desenvolvimento econômico, eliminando a dispersão, juntando as partes ao todo pela lógica do mercado e dos interesses de grupos privilegiados. Essas estratégias deveriam ser lidas como bem-vindas e naturais porque a integração dar-se-ia, num primeiro momento, através de construção de estradas; depois avançaria para a área social, por exemplo, com o Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e pela área cultural, pela concessão e expansão de canais de televisão, pela reforma educacional, pela criação do Conselho Federal de Cultura; e, finalmente, através de atos institucionais, propaganda, tortura e prisões arbitrárias.

Joelmir Beting, ao analisar a política econômica do governo Médici, cita também trechos do discurso desse presidente, em que ele afirma que “seria insano deixar de investir alguma coisa dos nossos recursos na Amazônia, na tentativa de desencadear a incorporação ao patrimônio nacional. A epopéia amazônica, não é um mero empreendimento econômico, mas uma aventura nacional, no sentido clássico, capaz de mobilizar e entusiasmar todo o povo” (BETING, 1974). Se na fala do presidente Médici, citada anteriormente, a justificativa da integração é mercadológica, nesta o discurso do presidente mexe com a emoção nacional: é a incorporação ao patrimônio que pode ser lido não só como patrimônio econômico, mas cultural, acrescentando o dispositivo imaginário da “epopéia nacional”.

Antologia: memória de fragmentos do verde-amarelismo

Os textos, selecionados por Cegalla, considerados por ele antológicos, privilegiam as normas do bom uso da língua, caindo no ideal de pureza ou purismo, em que se verifica a valorização do uso consagrado pelos considerados bons escritores, ignorando os fatos ocorridos na linguagem oral, como já se disse. A antologia de Cegalla seguia, portanto, a tradição do clássico escolar beletrista, onde o texto literário se apresentava como modelo exclusivo da língua dos bons autores e tinha por função doutrinar os alunos, impondo-lhes uma certa conduta moral e

religiosa, à qual se acrescentou o ufanismo, iniciado com os românticos e transformado pelo civismo positivista da república.

O que mudava de uma época para outra era a escolha dos tais “bons autores”. Sotero dos Reis, num compêndio escolar de 1866, entendia que os bons autores eram os clássicos selecionados por ele, em sua maioria, escritores portugueses (rara era a presença de escritores brasileiros), cujos textos reuniam aquilo que era exigido para a formação clássica de literatura e da língua (LAET, 1966). Trinta anos depois, na *Antologia nacional*, Fausto Barreto e Carlos de Laet mantinham o conceito tradicional de clássicos da literatura escolar, tornando mais visível a presença de autores brasileiros. Essa antologia, em sua sexta edição, de 1966, sofreu acréscimos de textos de autores que “além de outras consagrações também tivessem a da morte (LAET, 1966). Porém, preservava sempre a mesma composição e a mesma concepção sobre a pertinência da leitura dos clássicos, o que também se encontra na antologia de Cegalla.

Num dos fragmentos intitulado, “Mar”, de Afonso Arinos, no qual ele canta o mar como expressão da liberdade, escreveu: “sendo ele, o mar, a mais vasta porção da superfície da terra, é também a que nunca pode nem poderá ser dominada nem possuída por nenhuma aglomeração humana.” E, assim, condenado pela natureza a uma neutralidade perpétua, estrada sempre livre e sempre grande, ele concretiza a idéia do logradouro comum de todas as raças, o ideal nunca atingido, mas nunca esquecido, da solidariedade humana (ARINOS, 1969). Talvez, a natureza cantada como grandeza e criadora da nação, a exemplo do que pregava o verde-amarelismo, fosse um semióforo que aplacasse a fúria humana de se colocar no mundo como sujeito. Certamente, a neutralidade do mar, a ausência nele de aglomeração humana, reforçasse o pressuposto de que a nação é resultante de forças exteriores: o Estado, a natureza e Deus, trinômio tributário do pensamento verde-amarelo.

Dessa forma, é possível reafirmar que a opção por obras de autores considerados clássicos, no uso da língua, objetiva constituir fórum de legitimidade para a língua erudita, instituindo formas para o seu cultivo, como se a língua fosse algo dado e não um artefato cultural. Ao se naturalizar o que é historicamente construído e instituir exemplaridades de competências (os autores clássicos), para dizer quem pode e quem não pode produzir tecnologias da linguagem, ou quem fala ou escreve

corretamente, constituem-se práticas de produção e visualização de notoriedade, capazes de classificar e desclassificar falares ou escritas.

Certamente, o livro de português de Cegalla não atingiu a imensa maioria da população escolar brasileira, especialmente a que vivia no campo, com grande quantidade de analfabetos, os quais assentavam suas experiências de vida na tradição oral. Assim, a valorização dos autores clássicos, na obra de Cegalla, achava-se alheia ao universo cultural de uma imensa maioria de sujeitos que viviam outras experiências sociais, em que a leitura do mundo passava pelas lendas orais, pelos contos passados de geração em geração, pelas tradições, valores e costumes apropriados na oralidade, dentro de seu grupo de convívio.

Os textos presentes nessa antologia observam dois critérios: a tradição e a erudição. Objetivava-se, assim, atender às demandas intelectuais de uma elite que via a si própria e ao outro através dos olhos do europeu e do branco. Na abertura, o autor registra que, embora coloque como subsidiária a gramática e a estilística, a valorização recai na capacidade de expressão. Na perspectiva do autor, o desenvolvimento da capacidade de expressão dá-se através da “leitura de textos não só descritivos e narrativos, mas também dissertativos, de prosadores e poetas modernos e portugueses (CEGALLA, 1969). Observa-se, porém, que a escolha recai em autores do século XVIII e XIX, cujos textos registram apenas a norma padrão, que valorizam e registram um Brasil rural, distanciado do Brasil urbano que então se vivia.⁸ As exceções ficam por conta de autores, como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Monteiro Lobato. Estes autores, todos do início do século XX, produzem um discurso de cunho nacionalista, voltando suas narrativas para as coisas do Brasil. “A Serra do Rola Moça”, de Mário de Andrade, “A mandinga”, de Menotti Del Picchia, e “A queimada”, de Monteiro Lobato, remetem o leitor para a natureza e para a cultura, embora se diferenciem na abordagem.

“A Serra do Rola Moça” narra um fato envolvendo elementos ligados à vida e à natureza. O poema relata a história de um casal recém-casado que, por se sentir seguro, transgrediu as leis da natureza e arriscou a cavalgada noturna na íngreme serra, tendo um final trágico. Já “A mandinga” e “A queimada” podem ser analisados a partir de um mesmo foco, ou seja, dos aspectos culturais do homem do campo. No primeiro (fragmento de *Juca Mulato*), visualiza-se a natureza unida aos hábitos

culturais dos descendentes de africanos, expressos no discurso do negro, considerado feiticeiro. Sabe-se que Menotti Del Picchia fez parte do movimento integralista liderado por Plínio Salgado para quem, segundo Marilena Chauí, “o sertão era visto como uma mentalidade, um estado de espírito, a brasilidade propriamente dita como sentimento da terra” (CHAUI, 2000). No segundo (fragmento de *Urupês*), Monteiro Lobato permite ao leitor perceber um choque existente entre homem e natureza, provocado pelo caboclo, que é uma representação estereotipada, representativo da indolência, do comodismo e da preguiça.

Evidenciam-se, nos demais textos, representações sobre natureza, nação e religião. Vários são os textos nos quais a natureza é representada como vegetação luxuriante e bela, com feras dóceis e amigas, temperatura amena – primavera eterna – e habitantes inocentes. Verde e amarelo são cores da natureza e representam a beleza da terra. Com isto, a natureza torna-se um lugar fundante da nação, onde reina a paz, pois a pátria não se fez com guerra. Ora, o Brasil virara paraíso já no século XVI, na obra de Rocha Pita e, no século XX, em “Porque me ufano do meu país”, de Afonso Celso, Visconde de Ouro de Preto. Nesse texto o Brasil emerge como país rico em extensão territorial, por isso sem necessidade de empreender conquistas territoriais. Além disso, não vive flagelos nem catástrofes, atingindo com isso a aura de “terra prometida” na poesia cívica (na antologia representada por fragmentos da obra de Olavo Bilac, como “Mocidade”, “O verdadeiro patriotismo” e “Mater”). Sabe-se que Bilac destacou-se nas práticas nacionalistas, pós-Primeira Guerra, como propagandista da Liga de Defesa Nacional e do serviço militar obrigatório, considerado triunfo da democracia, do nivelamento das classes, da ordem, disciplina e coesão, enfim, da defesa nacional. Segundo ele, a verdadeira defesa nacional é a consciência nacional. Olavo Bilac pretende, através de seus discursos, integrar o exército e a Nação dentro de uma mesma concepção democrática, “para que o povo seja o exército e o exército o povo, através da educação da caserna” (TRINDADE, 1974). No que se refere à formação do tipo nacional, a superioridade é dada pela excelência dos três elementos que entraram na formação do tipo brasileiro: força e coragem herdadas do índio; afetividade, coragem, estoicismo e labor herdados do negro; e bravura, brio, tenacidade, união, filantropia, amor ao trabalho e patriotismo, legados do portugueses.

Cegalla abre sua antologia trazendo um texto de José Alencar que fala de Iracema, a virgem dos lábios de mel, idealizando tanto o índio quanto a mulher, fragmento que confirma a permanência de uma certa representação do Brasil idealizado, construída pela elite intelectual e branca, ao longo dos anos. Na seqüência, emergem textos como: “Estouro da boiada” (*Os sertões* de Euclides da Cunha), “A seca” (*A normalista*, Adolfo Caminha) e “Iracema e o guerreiro branco” (*Iracema*, José de Alencar). Ao referenciar o fragmento, Cegalla remete o leitor para um contato com a obra completa, o que confirma a intenção de fixar uma determinada memória nacional, baseada no emprego da língua “dita pura”, consagrada nos clássicos, e na literatura brasileira fundante da nação. Tanto os fragmentos quanto os poemas e as fábulas contidos na antologia convergem para os mesmos eixos temáticos: natureza, religião e moral, entendidos como edificadores da grandiosidade da pátria, trazendo à memória arautos da defesa da nacionalidade, da segurança nacional e do exército.

Dessa forma, natureza, moral e religião encontram espaços de visibilidade na literatura, e a língua é entendida como elemento privilegiado na formação da pátria, concebida como uniforme e estável. A pátria é por sua vez grandiosa à medida que tem um povo ordeiro, disciplinado, laborioso, que fala e escreve, calcado num purismo, professa uma única religião, apresenta comportamentos morais considerados valorosos e, além disso, conhece os ditos clássicos. A literatura nacionalista e ufanista, através de seus personagens caricaturizados, monta um quadro sociocultural em que a heterogeneidade não é contemplada ou, quando o é, merece corretivos ou é considerada irracional e atrasada, na relação com a modernização conservadora e elitista empreendida no Brasil. Assim, o apelo a uma antologia, como no caso em estudo, justifica-se por representar uma articulação, mesmo que de forma fluida, das normatizações e idealizações sociais, culturais e raciais, propostas à sociedade na qual são produzidas e apropriadas.

A obra de Cegalla, na sua concepção, garante a formação de gerações que entendam a língua e a pátria como um único ser, cuja uniformidade permite a estabilidade e a integração nacional, assentada no mito da unidade da nação, embutida nos discursos historiográficos de muitos intelectuais pertencentes ao IHGB, de memorialistas e viajantes, que cantaram a natureza exuberante do Brasil. A nação se fez pela

presença majestosa dos rios, das florestas, do mar, das montanhas, da fauna. Na época em que foi lançada a décima segunda edição do livro de Cegalla, Tom e Ravel cantavam “o céu do meu país tem mais estrelas”, acrescentando “que a mão de Deus abençoou”. São discursos que elidem o homem da história e apregoam sua pacificidade.

Na enunciação de discursos em que a natureza e a tradição são evocadas, cantadas em fragmentos literários antológicos e na historiografia, há uma vontade de incorporação de exemplaridades de narrativas memorialísticas assentadas em mitos fundadores da nação. A retomada constante dos pressupostos – natureza e tradição – nos anos pós-golpe de 1964, inter-relacionam-se com a vontade autoritária de constituição do “Brasil Grande”, através das políticas de integração nacional, da educação e do desenvolvimento.

Cegalla abre seu livro com uma epígrafe, intitulada “Prece”, extraída das *Memórias* de Visconde de Taunay: “Dai-me, Senhor, coragem e força para que possa mostrar-me digno de haver sido criado à vossa imagem”. Na linguagem verde-amarela, segundo Marilena Chauí, o Brasil é representado como dom de Deus e da natureza e lido na perspectiva de que sempre existe algo por fazer. Assim, o sujeito da ação é triplo: Deus e natureza, enquanto agentes fundantes do nosso estar no mundo, e Estado, como agente promotor do desenvolvimento e da modernização. A nação é, portanto, resultado de agentes que se situam fora dela. Deus, natureza e Estado antecedem a constituição da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2000). No Brasil, o Estado se constituiu no período colonial, quando a colônia teve sua existência legalizada pelo Estado português, portanto, num processo exterior a ela. Trata-se de uma forma clara de elisão do povo como sujeito que constitui a nação. O que se tem, o que se é, significa dádiva divina e natural.

A gramática e a antologia são, nesse contexto, dispositivos imaginários de unificação da língua, dos quais se valem os estados nacionais para constituírem uma identidade nacional. Em tempos autoritários, a exemplo da época da ditadura militar no Brasil, o discurso legalista justificava o autoritarismo político militar, expresso, por exemplo, em atos institucionais, mas não só; a gramatização (para falar e escrever bem a língua nacional, obedecendo a uma norma padrão que define regras e hierarquizações, com base em critérios eruditos produzidos em academias de letras e universidades, estas compostas por sujeitos bem

nascidos e brancos) sintoniza-se com formas autoritárias de exercício do poder. Na antologia, língua, natureza e tradição, na sua imutabilidade e naturalidade, tecem a nação, produzindo efeitos de poder, pelo qual a população se vê representada de forma homogênea e reificada, e se vê desprovida de condições de ações que não sejam as dadas pelos agentes exteriores a ela: o estado, a natureza e Deus.

Abstract

The Cegalla's Portuguese textbook (grammar, anthology and exercises) was adopted by the Brazilian elementary and high school teaching in the 60 and 70 years. It had formed generations founded in the principle that the language and the patriotism were the principal elements of the national integration and identity. The grammar was a technology which had favoured the correct way of language speaking. These political ideas had emerged in two Portuguese language meetings: Congresso da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Salvador, 1954). The anthology had selected literary excerpts to preserve a national memory based on a "pure" Language and nationalistic literature.

Key words: National identity, grammar, memory.

Notas

1. Suponho que essa publicação de Cegalla chegou aproximadamente à vigésima edição, sendo substituída pelas chamadas instruções programadas e pelos ditos estudos dirigidos, tecnologias típicas do ensino tecnocrático.
2. Com o intuito de solucionar o problema da anarquia ortográfica, expressão utilizada por José Veríssimo, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa resolveram, em 1931, firmar um acordo, em que as duas nações procurariam estabelecer uma ortografia única e simplificada. A iniciativa era das duas Academias, mas foi endossada pelos governos dos dois países. SOUZA, Tania Conceição Clemente de & MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Reformas ortográficas ou acordos políticos? (1996, p. 86).
3. No Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, faziam parte da mesa inaugural: dr. Cândido de Moura Campos, secretário da Educação e Saúde Pública; dr. Fábio da Silva Prado, prefeito da capital e convidado a presidir

os trabalhos do congresso; o dr. Júlio de Mesquita Filho, que idealizava transformar São Paulo no principal centro científico da América do Sul. Também fizeram parte da mesa: Guilherme de Almeida, presidente da Academia Brasileira de Letras; prof. Guilherme Fontainha, representante do Instituto Nacional de Música; prof. Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura; e Maria da Glória Capote Valente, secretária geral do congresso.

4. Foram organizadas duas secções: lingüística e musicologia. A secção de lingüística foi composta por Antenor Nascentes, representante do Colégio Pedro II; Plínio Airosa, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Universidade de São Paulo; Renato Mendonça, representante do Colégio Pedro II e do Ministério das Relações Exteriores; prof. Cândido Jucá Filho, da Academia Carioca de Letras, e Manuel Bandeira. E a secção de Musicologia por Guilherme Fontainha e Antônio Sá Pereira, representantes do Instituto Nacional de Música; Oneida Alvarenga, da Discoteca Pública; Francisco Casabona, pelo Conservatório da capital; e João de Souza Lima, pelo Departamento de Cultura.
5. Segundo Travaglia, gramática normativa é o conjunto de normas para bem falar e escrever. A gramática só trata da variedade padrão da língua e baseia-se mais nos fatos da língua escrita, dando pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista como igual à escrita (TRAVAGLIA, 2000). Para Cegalla, a gramática normativa enfoca a língua como é falada em determinada fase de sua evolução: faz registro sistemático dos fatos lingüísticos e dos meios de expressão, aponta normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, em suma, ensina a falar e a escrever a língua padrão corretamente” (CEGALLA, 1981).
6. No período clássico, a forma de representar o mundo era a de que a verdade imutável está em um todo irreduzível – o pensamento – representado pelo escrito dos grandes pensadores do passado e na palavra escrita da Bíblia e dos santos da tradição religiosa. Caberia ao pesquisador entender esses textos e, ao olhar para o mundo, encontrar nas coisas existentes semelhanças com o que está escrito; também respaldado por esta prática, fazer a ordenação e classificação das coisas. A linguagem era vista como representação da linguagem primeira: mito da Torre de Babel. Quem estudava a linguagem deveria perceber a semelhança com a língua primeira, mãe de todas as línguas (sânscrito-latim-grego ou talvez o aramaico, língua escolhida por Deus para se comunicar com os homens). Dessa forma a elaboração das gramáticas tem essa historicidade, e advém dessa trajetória a produção da *Gramática de Port-Royal* (1660) de Lancelot e Arnauld. Influenciada pelos princípios aperfeiçoados por Descartes e

praticamente sem se diferenciar das gramáticas produzidas no Renascimento, *Port-Royal* reintroduziu a teoria medieval do signo. A língua era vista, então, como um sistema de signos, e a gramática, cuja função era examinar a expressão linguística, baseava-se na lógica. Desse modo, a linguagem tornou-se o ponto fulcral para a epistemologia do século XVII. Disto resultaram conseqüências teóricas significativas: a) o discurso elaborado sobre a língua coloca-se em plano diferente do seu: fala-se das formas (lingüísticas) falando da forma do conteúdo (lógico); b) definia-se um espaço comum a todas as línguas, na medida em que se abria uma dimensão interior a cada uma; c) a racionalização da língua implicava uma ciência do raciocínio, e não uma ciência da língua como objeto específico. Muito embora a *Grammaire Générale* tenha dominado o século XVII, não se pode considerá-la como única. Outras práticas de reflexão lingüística surgiram apontando para a diversidade das línguas, mas buscando uma origem comum.

7. Isto evidencia-se, por exemplo, em unidades, voltadas para a classificação das orações subordinadas adverbiais, que apresentam exercícios ligados ao texto voltados para o emprego dos pronomes átonos ou das vozes do verbo.
8. Na antologia, encontram-se fragmentos e obras de autores como José de Alencar, Olavo Bilac, Augusto Gil, Vicente de Carvalho, Guerra Junqueiro, João Ribeiro, Antero Quental, entre outros.

Referências

ANAIS do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

BETING, Joelmir. Política econômica – o desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Policor, 1974.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BESTHELL, L. (Org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1981.

_____. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *Português*. 12.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CHAUF, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Rita (Orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GERALDI, João V. *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 1999.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GODOLPHIM, Waldir da Costa. A Amazônia e seus problemas. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Policor, 1974.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

LAET, Carlos. Duas palavras como antelóquio da 6.ed. In: SANTOS, Daltro. *Antologia nacional*. 42.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966.

LEMAIRE, Rita. Prefácio. In: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Rita (Orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp/UFRGS, 2000.

MESSARINI, Samir. *O intertexto escolar: sobre leitura, aula e redação*. São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, José Camarinha. As instituições sociais, políticas e econômicas. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Policor, 1974.

NETTO, Delfim Antônio. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1966.

RIBEIRO, João. *A língua nacional: notas aproveitáveis*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

SENA, Homero. *O problema da língua brasileira*. Entrevista com Souza da Silveira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1952.

- SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz Terra/FGV, 2000.
- SOUZA, Tania Conceição Clemente de; MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. P. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus*. São Paulo: Cortez, 2000.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Porto Alegre: UFRGS, 1974.